

### ***Na pista do marfim e da morte: fascínio, repulsa e fixidez***

Se, por alguma razão, for necessário situar o autor colonial Ferreira da Costa em uma dada conjuntura da produção literária portuguesa, é bem possível que a sua importância histórica, política e social esteja a meio termo entre as de Julião Quintinha e Castro Soromenho. Ao que ele próprio nos dá a entender nas narrativas de *Na pista do marfim e da morte: Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*, obra contemplada em 1944 com o primeiro lugar da primeira categoria<sup>1</sup> do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias (AGC), fica evidente que o autor nutre respeito profundo tanto por um quanto por outro. Se Quintinha, como vimos anteriormente, representa a visão do colonalista típico dos anos 1930, e se Soromenho, como bem sabemos através do trabalho de pesquisadores como Laura Cavalcante Padilha<sup>2</sup> e Margarida Calafate Ribeiro<sup>3</sup>, é conhecido por questionar o colonialismo e revelar as angústias do homem colonial no sertão africano, não chega a ser uma surpresa que esse lugar pareça adequado a Ferreira da Costa.

Dedico-me, neste capítulo, à análise de alguns aspectos das narrativas que integram o livro que considero relevantes para a compreensão dos mecanismos de afirmação da ação colonial portuguesa na África, especialmente em Angola, onde elas se situam. Na parte final, discuto aspectos da circulação da obra junto aos leitores e no âmbito das repercussões na imprensa portuguesa da época.

---

<sup>1</sup> Não foi possível localizar os termos do regulamento do concurso.

<sup>2</sup> PADILHA, Laura. *Novos pactos, outras ficções*. Porto Alegre / Lisboa: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Imbondeiro, 2002.

<sup>3</sup> RIBEIRO, *Uma história de regressos, império, guerra colonial e pós-colonialismo*.

Entre os tópicos que elegi para a análise, está a simbolização da África e dos africanos no imbondeiro, exatamente a mesma árvore que na perspectiva independentista se afirmará como símbolo de grandiosidade, nobreza e constância africanas. Procurarei mostrar como Ferreira da Costa desarticula a figura desta árvore tão cheia de significados, ao mesmo tempo enaltecendo-a e encenando sua derrocada, na intenção didático-colonialista de demonstrar como os ditos selvagens africanos vivem numa suposta barbárie. A outra reportagem se relaciona a uma caçada, da qual também emergem questões importantes para minha análise. Neste trecho do livro, evidencio a recorrência de estereótipos no texto do autor, apontando a existência de repetições que decorrem do recalque colonial.

Para tanto, eu me servirei de considerações sobre a ambiguidade do discurso colonial propostas por Homi K. Bhabha e da cartografia, pensada por Gilles Deleuze e Felix Guattari e inserida no contexto angolano por Laura Cavalcante Padilha. Dela, tomo emprestada a ideia de que

O debruçar-me sobre os espaços ficcionais me levou quase como uma consequência natural, aos mapas, às cartografias, enfim, aos elementos da ordem da representação geográfica em que tais espaços se projetam e a ficção de algum modo se inspira, para encontrar, ela própria, formas de se cartografar pela linguagem<sup>4</sup>.

Essa proposição me interessa porque considero que alguns elementos da narrativa de Ferreira da Costa<sup>5</sup>, especialmente o imbondeiro, que aparece em dois trechos distintos, marcam pontos geográficos na paisagem em que se verificam concentrações fortíssimas de significados. O autor, na sua perspectiva colonialista, os destaca como tópicos e se imbuí da função de desarticulá-los perante o leitor.

---

<sup>4</sup> PADILHA, Laura. Cartogramas: ficção angolana e o reforço de espaços e paisagens culturais. In: *Alea*. Rio de Janeiro, v.7 n.1 Jan/Jun 2005. Disponível em <http://www.scielo.br>.

<sup>5</sup> É evidente que, estritamente, o livro de Ferreira da Costa não pode ser classificado como uma obra ficcional, até por coerência com o seu próprio subtítulo. Entretanto, valho-me tacitamente da atual relativização ou amplificação do conceito de ficção para evocar aqui o trecho citado.

*Na pista do marfim e da morte*<sup>6</sup>, como daqui em diante passo a me referir ao livro, o primeiro volume das memórias de Ferreira da Costa, é classificado pelo próprio como uma compilação de reportagens (assim ele as quer), que narram episódios de sua passagem como administrador colonial na região de Santo António do Zaire – ou, simplesmente, Sazaire, como foi apelidada pelo colonizadores portugueses. Até onde se fica a saber através da obra de Ferreira da Costa, trata-se de uma região de dominação difícil, uma vez que é localizada na fronteira Norte de Angola, em área limítrofe ao Congo Belga. Tanto é um território de mata fechada afastado da capital, Luanda, caracterizado pelo difícil acesso (feito na contracorrente do caudaloso Rio Congo), como representa uma porção politicamente instável da colonização portuguesa em Angola, dadas as disputas políticas com a administração colonial belga.

*Na pista do marfim e da morte* é dividido em cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado “Pórtico”, é uma introdução. O segundo, “Duas vozes na penumbra”, é uma troca de cartas abertas entre o autor e João de Carvalho, que foi seu superior hierárquico em Angola. O livro tem três outras divisões, que são as reportagens do autor. São elas: “Vida, paixão e fim de André da Silva, o ‘Falta d’Ar’” e “Seis horas de angústia”. Esses capítulos são, ainda, subdivididos em trechos menores, numerados por algarismos romanos. Na abertura de cada um, Ferreira da Costa apresenta uma mensagem de sua autoria ao personagem que tem papel central na reportagem em questão. Em “Seis horas de angústia, por exemplo”, ele se dirige ao Padre Vicente, que terá atuação decisiva no desenrolar do capítulo. Com isso, o autor propicia a sensação de verossimilhança ao leitor.

Ferreira da Costa ainda publicou um segundo volume de reportagens, que, apropriadamente, recebem o mesmo subtítulo. Elas foram reunidas num volume denominado *Pedra do feitiço: Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*. A obra, como sua predecessora, também foi contemplada pela edi-

<sup>6</sup> *Na pista do marfim e da morte* foi publicado pela Livraria Educação Nacional (LEN), que tinha sua sede na cidade do Porto. Assim como a Livraria Portugal Ultramar (de Lisboa) que publicou *Oiro africano*, a LEN era uma das casas editoriais que se popularizaram na época do Estado Novo por editar livros coloniais. Eram também da LEN, por exemplo, os manuais escolares nos quais as crianças da época estudavam. Em 2009, aliás, o jornal *Diário de Notícias* publicou um texto em sua versão online informando que produtos da época do Estado Novo, como os manuais escolares, estavam voltando a serem vendidos nas lojas, agora como suvenires. A referência está em [http://dn.sapo.pt/especiais/interior.aspx?content\\_id=1211421&especial=A%20revolu%20E7%E3o%20de%20Abril&seccao=POL%20CDTICA](http://dn.sapo.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1211421&especial=A%20revolu%20E7%E3o%20de%20Abril&seccao=POL%20CDTICA). Consulta em 20 jul. 2010.

ção do concurso literário da AGC do ano seguinte, 1945. Foi premiada com o segundo lugar da mesma categoria<sup>7</sup>.

Fica o registro de que a segunda obra, como a primeira, foi um sucesso de vendas: o verso da folha de rosto da 7ª edição de *Pedra do feitiço* informa que houve três edições esgotadas somente no ano de seu lançamento. Nessa pequena ficha informativa, ainda não se verifica a indicação de que a obra fora contemplada pelo Concurso de Literatura Colonial, ao contrário do que acontece com os dados sobre *Na pista do marfim e da morte* (até então com sete edições esgotadas, já a reboque da publicidade do prêmio; chegaria à 12ª em 1950). Ou seja, é possível supor que *Pedra do feitiço* tenha vendido ainda mais exemplares.

Ao contrário do que a sua apresentação como “reportagens”, no subtítulo, pode indicar para o leitor de nossos dias, são relatos com clara perspectiva autobiográfica, como se pode ler no primeiro parágrafo do “Pórtico” que abre o primeiro livro.

Este livro encerra pedaços de vida, jorros de sangue, imagens de uma juventude morta.

Escrevi-o debruçado para a minha alma, povoada por duendes saudosos, cheia de labirintos negros e de paisagens ricas de sol, esquecido, por momentos, da nostalgia que me deprime, da morna existência que me quebranta<sup>8</sup>.

O caso de *Na pista do marfim e da morte* é particularmente interessante neste sentido, uma vez que Ferreira da Costa estabelece, de início, um pacto com o leitor, pressupondo que o avanço na leitura das páginas para além “Pórtico” será acompanhado pela confiança na autenticidade do relato fundado na experiência vivida. Possivelmente, este fator foi decisivo para a aceitação do livro pelo público e pelo júri do prêmio. O autor também adverte que começou a escrever suas reminiscências 14 anos depois de sua passagem por Angola. A razão para tal, afirma ele, é a de que sua personalidade impulsiva e o calor dos acontecimentos impunham justamente um tempo para reflexão.

<sup>7</sup> Essa continuação das narrativas do autor não será alvo de minhas considerações neste trabalho. Embora eu tenha adquirido duas edições de *Pedra do feitiço* – a 5ª e a 7ª –, não considero que a análise desses textos subsequentes apresente alguma contribuição para o debate que não possa ser alcançada com a leitura dos primeiros. Além do que, a redação de uma dissertação pressupõe escolhas, e essas fazem parte do recorte.

<sup>8</sup> COSTA, Ferreira da. *Na pista do marfim e da morte: reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*. 2ª ed. Porto, Editora Educação Nacional Ltda, 1944, p.18. A partir daqui, todas as transcrições deste livro virão acompanhadas da página respectiva, entre parênteses.

É essa sedimentação da memória que o coloca, como eu proponho, a meio caminho entre Julião Quintinha e Castro Soromenho. É necessário lembrar que Ferreira da Costa vai à África no ano de 1930, quando Quintinha já é uma personalidade famosa que recebe o segundo prêmio consecutivo de literatura colonial da AGC. No entanto, Costa decide redigir e publicar suas reminiscências quase uma década e meia depois, quando outras circunstâncias e urgências políticas, sociais e simbólicas permeiam não só sua existência como também a de seu país, Portugal.

No sentido de atestar a veracidade das suas “reportagens”, o autor inclui também numa espécie de capítulo intitulado “Duas vozes na penumbra”, uma carta sua, assinada e datada, ao capitão João de Carvalho, que foi seu superior hierárquico em Angola. Segue-se ainda o que é apresentado como a resposta dele. Nessa parte introdutória, o autor e seu interlocutor desfiam um rosário de lamentações. Elas vão desde o relato das acusações e a posterior negação de que as histórias eram fantasiosas à reivindicação de uma atitude humilde e honesta, bem ao gosto do Estado Novo português<sup>9</sup>, de quem caminhava “na berma da estrada” (p.18) e não buscava fama ou fortuna, mas o reconhecimento de seus serviços pela pátria. É uma resposta às críticas feitas pelos representantes da elite metropolitana portuguesa, a quem João de Carvalho chama de “os infelizes eunucos da má língua” (p. 38).

À medida que vai passando pelos prólogos e pelas partes da narrativa (são três), o leitor armazena informações sobre a biografia do autor. Entre esses dados, está a informação de que foi Julião Quintinha quem escreveu a carta de recomendação que Ferreira da Costa levou para Angola, a fim de se apresentar a seus superiores hierárquicos locais (p.54). No fim do livro, Ferreira da Costa, por outro lado, rende agradecimentos pelo incentivo e confiança recebidos de quatro “camaradas” (p.481). Entre eles, está Castro Soromenho.

E uma vez conhecida a biografia de Ferreira da Costa, posso inferir que, de algum modo, ele compartilhava a convicção de Soromenho de que o homem branco português era um desterrado lidando com nativos que perderam seu espaço. É possível crer que Ferreira da Costa partilhava dessa perspectiva e, ao mesmo tem-

---

<sup>9</sup> Nota de rodapé sobre atitude humilde e honesta no Estado Novo.

po, se beneficiava do prestígio social e das recompensas financeiras que o governo metropolitano lhe proporcionava com as vultosas premiações pagas nos concursos literários.

Ao ler *Na pista do marfim e da morte*, é preciso ter em mente que se trata de uma obra publicada e premiada em 1944 e que, portanto, não pode se desprender de sua transitividade, no dizer de Silviano Santiago<sup>10</sup>, nem de sua mundanidade, no de Edward Said<sup>11</sup>. Ou seja, é preciso compreender o “jogo sujo do signo”, suas relações com a vida mundana, percebendo os mais variados interesses que com ele se relacionam; da mesma forma, é necessário considerar a literatura – em qualquer de seus gêneros narrativos – como um campo discursivo que se oferece e responde ao contato com outros campos de conhecimento, tais como antropologia, a sociologia e as ciências políticas.

*Na pista do marfim e da morte* é um trabalho premiado pelo Estado Novo português na medida em que é produzido em circunstâncias advindas dos resultados dos conflitos da Segunda Guerra Mundial – e, portanto, está impregnado delas. Está embebido da necessidade de adaptação das políticas colonizatórias portuguesas às novas demandas mundiais que então se articulavam, exigindo respostas urgentes. A obra, a meu ver, é uma dessas respostas. Ou, ao menos, pode ser entendida como uma tentativa de sê-lo.

Refiro-me a um momento de crucial importância para o colonialismo português do século XX. Aquele no qual o Estado Novo de António de Oliveira Salazar se confronta com pressões político-econômicas internacionais que, dessa época

<sup>10</sup> SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. Um esclarecimento sobre esta referência: é necessário ressaltar que este texto de Silviano Santiago se refere a um novo modo de leitura e escrita surgido nos anos 1970/1980 que contrasta com a intransitividade literária e a convicção na autonomia do estético. A proposta teórica é usada para afirmar meu interesse em ler o livro *Na pista do marfim e da morte* articulando-o com seu contexto e, até, com seu pacto com a circunstância colonial portuguesa. Estou ciente de que os defensores da intransitividade literária não se vão se interessar pelo meu objeto de estudo, certos de que tal livro será de interesse exclusivo de historiadores.

<sup>11</sup> SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Faço aqui ressalva semelhante à da nota anterior: em seu livro, Said apoia sua argumentação sobre o discurso colonial a partir de livros canonicamente considerados como a fina flor da literatura inglesa como *Grandes esperanças*, de Charles Dickens e *No coração das trevas*, de Joseph Conrad. Insisto em compreender os livros premiados pela Agência Geral das Colônias como articulações da circunstância colonial portuguesa, pensando para além do valor estético instituído. O que interessa, em meu entendimento contemporâneo, é o “jogo sujo” do fascismo/colonialismo português proporcionado pela literatura colonial do país. Neste sentido, a ajuda de Said, como a de Silviano Santiago, é bem-vinda.

até os processos de independência na África, a partir dos anos 60, só se mostrarão a cada dia mais incontornáveis. Momento esse em que o Estado português é hegemonicamente forçado a apresentar posicionamentos diante de novas questões, as quais surgem com o início do processo de descolonização africana subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em *Na pista do marfim e da morte* podem ser lidas indicações de que a metrópole lusitana estava preocupada em realizar alguns movimentos de absorção e acomodação dessas crescentes forças externas e internas (no próprio espaço africano), ao mesmo tempo em que sinalizava sua estratégia política aos outros governos do resto do mundo.

Na obra de Ferreira da Costa, a figura do colonizador violento e usurpador é classificada como antiga, desajustada aos novos tempos; em seu lugar, é apresentado um novo modelo de homem, muito mais atento às particularidades das tradições e rituais que faziam parte do campo simbólico das populações negras nativas – sendo esse novo agente colonial personificado pelo próprio Ferreira da Costa, em primeira pessoa.

Prova disso encontra-se logo na primeira “reportagem”, intitulada “Vida, paixão e fim de André da Silva – o Falta d’Ar”. O cidadão referido no título do capítulo é um português que se aproxima de Ferreira da Costa no deque do paquete que os leva a Santo António do Zaire. É um homem viúvo, taciturno, que, ao mesmo tempo, se mostra capaz de irromper em maneiras intempestivas e grosseiras. Ele conta sua vida de maneira misteriosa e confusa ao jovem e desconfiado militar que, dentro em pouco, desembarcará para começar sua missão.

O que o leitor passa a saber é que André conseguira, em seus anos de África, comprar terra e começar plantações de milho, feijão, trigo e sisal. Porém, sua segunda mulher tivera a ideia de começar uma horta – proposição logo aceita. Para dar curso ao projeto, André decidira cavar uma vala. A água, desviada de um riacho próximo, seria destinada à irrigação da nova plantação. No entanto, a grande questão do capítulo de Ferreira da Costa é que, ao começar essa obra de canalização, André descobre a existência de um antigo cemitério indígena escondido por cacos e ferros. O fato é desprezado por ele, o colono à moda antiga. Os negros que trabalhavam na escavação, em pânico, recusam-se a continuar a obra, alegando que os mortos haveriam de voltar para realizarem suas vinganças.

Samucambo, o capataz, que segundo o texto também era feiticeiro, é quem mais oferece resistência. É ele que André passará a enfrentar. Indiferente aos protestos e às advertências, o colono, arrogantemente, continua a obra sozinho, indiferente à descoberta das ossadas indígenas. No decorrer da história, ele passará a ser assombrado por espíritos malignos, que só não o levarão à loucura por ele sentir a proteção da alma de sua primeira mulher. A presença desses espectros seria orquestrada por Samucambo, que reaparece com outro nome (mudança, aliás, que é frequente em diferentes populações africanas).

O texto, então, revela um novo encontro conflituoso entre ambos. O capataz negro termina morto por um jacaré num rio – o que leva o narrador a se declarar vingado pelas angústias que o taciturno homem enfrentara. É significativo o comentário trazido por Ferreira da Costa quando escuta a narrativa de André, ao lado dos amigos brancos, também jovens, que conheceu em Angola:

Continuei a abrir a vala; a água chegou ao meu campo e mandei recolher num coval, à sombra de um imbondeiro, os ossos que havia nas sepulturas revolvidas. Não acham que fiz bem?

Limitámos a esboçar gestos inexpressivos. No caso de André, *teríamos preferido alterar a direcção da vala, para não ferir as crenças dos indígenas*. Mas para que havíamos de dizer-lho? De resto, ele fizera a pergunta como quem estava certo de nossa concordância... (p.132, grifo meu)

O crescente prestígio da antropologia no momento histórico do lançamento do livro, ainda que a serviço do aparato colonial, e a sinalização crescente da insurreição nos territórios colonizados, especialmente no caso de Angola, eram fatores que se conjugavam com as consequências que a Segunda Guerra Mundial anunciava para o governo português da época. Fora desse contexto de fragilização e até de reconfiguração do império, parece hoje pouco provável que um autor colonial português – ou um livro premiado pela AGC – afirmasse a seus leitores, em 1944, que os indígenas tinham crenças religiosas suficientemente importantes para emperrarem a execução de uma obra de engenharia. Preservar o campo simbólico dos indígenas seria ceder ao impensável até então, ou seja, a existência de sistemas culturais, religiosos ou simbólicos próprios dos africanos; não é desprovido de relevo, porém, que a nova geração de colonos representada no texto não tenha se dado ao trabalho de contrariá-lo.

Silenciosamente, eles concordam entre si que a melhor solução para o caso não seria aquela. Vale considerar que, ao fim da narrativa, o capataz negro acusado de feitiçaria morre de forma trágica, para o conforto do narrador: é um indício de que a representação literária da colonização portuguesa passava por mudanças, mas não tantas que estabelecessem rupturas radicais e apresentassem um desfecho imprevisto para os padrões do momento.

Este trecho ainda é importante para atentar para o fato de que o cemitério indígena está localizado embaixo de um imbondeiro, o que é bastante significativo porque indicia a projeção de uma sombra segura, forte. Esse aspecto será explorado a seguir. Por enquanto, é preciso ter em mente que a presença dessa imponente árvore recorrente em ecossistemas africanos, notadamente angolanos e moçambicanos, é um ícone relevante e recorrente.

Em seu *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*, Margarida Calafate Ribeiro<sup>12</sup> trata das concessões políticas que o Estado português se viu obrigado a fazer depois do fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo para atender a pressões da Organização das Nações Unidas (ONU) – mudanças essas que levaram, inclusive, à revisão do Ato Colonial em 1951. São também relevantes as considerações de Ribeiro sobre a apropriação da teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre por Salazar – este último tendo posteriormente criado a expressão “comunidade luso-brasileira” para referir-se às províncias ultramarinas, enfatizando o nexos entre o Brasil, uma ex-colônia bem-sucedida graças à participação de Portugal em seu processo fundacional, e os territórios africanos, contidos sintomaticamente à época na partícula “luso”.

A apropriação direcionada das ideias de Gilberto Freyre tinha a função de justificar a todo custo a presença portuguesa na África e perpetuar a engrenagem econômica colonial, base de sustentação da economia nacional. O governo português tentava, então, transmitir à comunidade internacional e a si próprio a ideia de um Portugal uno, em que todos os territórios não peninsulares estariam cobertos pelo mesmo manto de nacionalidade, e que, acima de tudo, o caráter do povo português se manifestaria em toda a extensão dessa geografia através de uma miscibilidade dita congênita. Como insiste a autora, “o lusotropicalismo foi antes o dis-

<sup>12</sup> RIBEIRO, *Uma história de regressos, império, guerra colonial e pós-colonialismo*, pp.137-166. As próximas citações deste livro virão entre parênteses, no corpo do texto.

curso de reforço de uma identidade em acelerado processo de esvaziamento, e portanto de salvação de uma ideologia e de um regime, tendo-o animado para uma nova era, transmitida sob a forma de uma cruzada” (p.165). Tratava-se da tentativa integracionista de transformar o império colonial em um constructo plurirracial. Mais que isso, em uma nação pluricontinental, acedendo a uma estratégia moldada para que a pátria portuguesa viesse a ser reconhecida de forma igual em todos os territórios sob domínio do Estado Novo, fossem na África ou na Ásia.

Nesse contexto, a ideia de que a violação das ossadas de um cemitério de indivíduos nativos (ou seja, não portugueses) seria um desrespeito passa a ser uma atitude verossímil, de certa forma endossada pelos personagens do livro. Essa aceitação caracteriza um novo pacto de confiança que se estabelece entre os autores coloniais e seus leitores, e Ferreira da Costa partilha dessa perspectiva. Os motivos de força maior, entenda-se as pressões políticas internacionais em favor do fim do regime colonial em todo o mundo, inclusive em Portugal, inevitavelmente forçam o branco português a dirigir seu olhar para o negro nativo com menos agressividade e arrogância, ainda que não encontremos nele a disposição de pensar esses indivíduos como cidadãos de primeira categoria.

A ossada indígena é tratada no livro de Ferreira da Costa com os cuidados que seriam dedicados à ossada de um português, lembro, sob a força da sombra do imbondeiro. Um colono forjado nos antigos moldes da colonização lusa não estaria apto a perceber essa nova diretriz que se estabelece na conjuntura portuguesa, nos estertores da Segunda Guerra Mundial. É esse colono que o personagem André da Silva representa. As “reportagens”, como instrumento de informação colonial, didaticamente informam que aquelas atitudes antigas já não se enquadram no momento político da premiação de *Na pista do marfim e da morte*. Essa nova perspectiva do Estado Novo português começou a vigorar no final da década de 1940 e seguiu até, pelo menos, o fim do período ditatorial português, em 1974.

Dedico-me, a seguir, à análise da maneira pela qual Ferreira da Costa incorporou as imagens do imbondeiro e da ossada indígena ao seu discurso colonial. Na figura do imbondeiro pode ser lida a ambiguidade constituída pela simultaneidade entre recusa e fascínio que, no entender de Homi Bhabha<sup>13</sup>, conforme abor-

<sup>13</sup> BHABHA, Homi K.. “A outra questão. O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

damos no capítulo anterior ao analisar *Oiro africano*, são decididamente intrínsecos ao discurso colonial. Conforme escreve Bhabha,

Para compreender a produtividade do poder colonial é crucial construir o seu regime de verdade e não submeter suas representações a um julgamento normatizante. Só então torna-se possível compreender a ambivalência produtiva do objeto do discurso colonial – aquela “alteridade” que é ao mesmo tempo um objeto de desejo e de escárnio, uma articulação da diferença contida dentro da fantasia da origem e da identidade. O que essa leitura revela são as fronteiras do discurso colonial, permitindo uma transgressão desses limites a partir do espaço daquela alteridade.<sup>14</sup>

Na última das “reportagens” de *Na pista do marfim e da morte* – “Seis horas de angústia” –, Ferreira da Costa utiliza-se de 15 páginas para descrever a maneira como um majestoso e centenário exemplar dessa árvore é arrebatado por um incêndio que, com a ajuda do vento, vai arrasando toda uma planície africana.

É significativo, aliás, notar que o episódio ocorre em território belga, para além da fronteira colonial portuguesa; provavelmente porque o autor não se autorizasse a localizar um confronto num espaço relacionado ao Estado Novo. Fato é que esse grande investimento numa só cena se mostra um indicativo tão forte da didática colonial que acaba por destoar dos outros capítulos de *Na pista do marfim e da morte*, ficando o trecho relativo ao incêndio deslocado em relação à unidade narrativa do livro. Nenhuma outra reportagem do livro decorre em 87 páginas ou em extensão semelhante.

O episódio ocupa uma parte significativa do capítulo, mas não sua integralidade<sup>15</sup>. O incêndio em questão é provocado pelo soba de um protetorado indígena. Esse sacerdote, descrito como um tirano, atea fogo à mata na tentativa de criar um cerco, sufocando ou provocando a rendição de um casal de jovens negros que fugira durante o próprio julgamento, a *maka*<sup>16</sup> para a qual praticamente todos os nativos que prestavam serviços à administração colonial portuguesa nas redondezas haviam sido convocados. A acusação era de que o jovem réu libertara Mutala,

<sup>14</sup> *Id. Ibid.* p.106.

<sup>15</sup> O capítulo “Seis horas de angústia”, no qual a narrativa do incêndio do imbondeiro se insere, tem 169 páginas (de acordo com a segunda edição). Essas 87 páginas que destaco referem-se ao trecho compreendido do momento em que a comitiva encontra o padre Vicente ao desfecho do capítulo, que é quando a ação que me interessa por hora efetivamente se desenvolve.

<sup>16</sup> *Maka* é uma palavra em kimbundo para a abordagem de um problema delicado, complexo ou grave.

a moça por quem era apaixonado, dos serviços sexuais que estava obrigada a prestar ao soba.

Tomado de fúria pela transgressão grave de ambos, o chefe ordena a queima da vegetação. O pânico toma conta do narrador, do caçador a quem acompanha (Raúl Limatão), do padre Vicente (católico que esperava o melhor momento para exercer sua missão de salvar os jovens) e dos dois negros assimilados. Estes últimos aguardam o desfecho do julgamento, protegidos pelo anonimato que a floresta lhes oferece. É relevante perceber que Ferreira da Costa faz com que Namukila e Macala, os assimilados, reconheçam a gravidade da infração cometida pelo casal de jovens nativos. O autor desqualifica a dupla, chamando-a de rude (e, assim, rebaixa os assimilados à condição de ignorantes). Porém, na perspectiva de Ferreira da Costa, mesmo diante dessa incapacidade cognitiva, eles conseguem apreender a tragicidade da situação.

Atônitos, Namukila e Macala arregalavam os olhos para o aterrador espetáculo. *As suas naturezas rudes adivinhavam a trágica expressão daquilo tudo. Por mim, não sei dizer o que senti...* Turvaram-se-me os olhos; o coração parecia querer estoirar. Só o missionário não estava desnordeado. (p.428, grifo meu)

Dá-se então, no relato de Ferreira da Costa, uma mudança repentina na velocidade da narrativa. Ela se firma na descrição do avanço do incêndio na mata à medida que o grupo foge em disparada, tentando salvar as próprias vidas. O leitor passa a acompanhar a agonia de uma floresta, sobretudo, viva:

E o tropel do medo continuava, espectral e frenético! Leopardos de olhar fulgurante, pequenas corças de pernas frementes, antílopes de galope incerto, ratos de palmeira, serpentes de corpos negros e verdes, monos grunhindo e guinchando, hienas de grandes cabeçorras curvadas para a terra, todos desfilavam, atropelando-se, uivando, bramindo, desvairados pelo terror, agulhoados pelo instinto, chamuscados e fumegantes, diante de avanço do rubro elemento que tomara posse da floresta. Em convulsivo ruflar de asas, os abutres e as “vembas” de bicos recurvos e garras fortes sulcavam o céu tinto de sangue, soltando gritos roucos. Mas o fogo progredia, ganhava terreno, ampliava seu domínio na correria frenética da destruição. (pp.432-433)

Quando Ferreira da Costa chega ao nono tópico de seu capítulo, o vento já arrastou a queimada até o encontro com o imbondeiro, que, altivo, impassível, parece estar nobremente à espera de seu destino. Será justamente a alternância entre a descrição da soberania e do orgulho associados à árvore e a representação da violência com que ela é consumida pelo fogo que nos chamará a atenção daqui para a frente. Primeiro porque podemos fazer uma associação com a ambiguidade do

discurso colonial afirmada por Homi Bhabha<sup>17</sup> em suas considerações sobre o estereótipo e a discriminação. Sabe-se que o recurso à estereotipia como estratégia de negação nunca se resumiu às populações, tendo sido amplamente empregado nos discursos colônias para a constituição do próprio espaço físico a ser ocupado e dominado. Pode-se, na leitura desse episódio, perceber claramente a coexistência entre fascínio e recusa, entre a reverência e o desprezo que extravasam das palavras de Ferreira da Costa ao observar e descrever a cena da queimada da monumental árvore até sua derrocada no chão da mata.

Para dar uma ideia da magnitude da simbologia de tal árvore, recorro as considerações de Leonel Cosme em *Cultura e revolução em Angola*, detendo-se longamente nos aspectos da criação da revista, depois editora, *Imbondeiro* – não por acaso fundada com esse nome em 1960<sup>18</sup>. A publicação, como se sabe, tinha a função de “contribuir para a edificação de uma comunidade cultural de língua portuguesa alargada (escrevera-se deliberadamente lusíada) no concerto da cultura internacional”<sup>19</sup>. Foi tão perseguida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que encerrou suas atividades cinco anos após sua fundação.

Pego emprestado o conceito de cartografia de Gilles Deleuze e Felix Guattari<sup>20</sup> que Laura Cavalcante Padilha<sup>21</sup> apropriadamente usou para sugerir o mapeamento de pontos geográficos potencialmente identitários em Angola (trabalhando numa perspectiva libertária, premissa que esta dissertação não pretende relacionar aos livros coloniais). Proponho uma outra aplicação de cartografia, a partir da imagem deleuziana elaborada a partir de encontros de linhas, conforme ele próprio explica em *Conversações*:

O que chamamos de um “mapa” ou mesmo um “diagrama” é um conjunto de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo (as linhas da mão formam um mapa). Com efeito, há tipos de linha muito diferentes, na arte, mas também numa sociedade, numa pessoa. Há linhas que representam alguma coisa, e outras que são abstratas. Há linhas de segmentos, e outras sem segmento. Há linhas dimensionais e linhas direcionais. Há linhas que, abstratas ou não, formam contorno, e outras que

<sup>17</sup> BHABHA, 1998, pp. 105-128.

<sup>18</sup> COSME, Leonel. *Cultura e revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1978. p.39.

<sup>19</sup> *Idem*, p.41.

<sup>20</sup> Cf. YOUNG, 2005, p. 207.

<sup>21</sup> PADILHA, 2002 e 2005.

não formam contorno. Aquelas são as mais belas. Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama.<sup>22</sup>

O imbondeiro de Ferreira da Costa está em uma dessas linhas, constituindo-se como um desses elementos plenamente representativos – ao mesmo tempo venerado e repudiado pelo discurso colonial do autor, na mesma medida em que ele próprio parece amar e odiar sua presença em território africano.

É por isso que eu também elejo o imbondeiro como uma metonímia e, ao mesmo tempo, operador de leitura para a minha análise de *Na pista do marfim e da morte*. Pelas particularidades da narrativa de Ferreira da Costa, creio que possa ser representativa da visão da África que se lê na obra como um todo. Para tanto, vejamos um trecho da apresentação da árvore que está localizada na floresta, de acordo com Ferreira da Costa:

Chegadas as trovoadas, o colosso parecia crescer, multiplicar as ramarias, estender para as alturas com soberbo ímpeto os vigorosos braços triunfantes. Desciam do infinito feixes de faíscas, envolvendo-o em relâmpagos de ira devastadora. Inteira-se, suportava os golpes nos ramos altos, deixava-os deslizar pela troncagem rija até se perderem na terra encharcada pelas chuvas do equinócio. E continuava de pé, firme, arrogante, aureolado pelos relâmpagos, pletórico de fôrça, impregnado de rebeldia por irreprimível impulso da ceiva sempre farta e renovada.

Curtas e raras foram as tréguas naquele duelo monstruoso, ante a expectativa ansiosa da floresta. Vinham calores torturantes, passavam invernos inclementes, chegavam vendavais rugidores. Sacudiam-no, alucinavam-se no ataque à majestosa corpulência vestida pelos musgos. Mas êle recebia-os de frente, num rápido encrespar de ramos e das folhagens, opunha aos assaltos do pertinaz inimigo a muralha de casca espessa, fechava mais a larga copa, esgrimia as compridas pernadas, anulava os esforços do atacante, e êste findava por debandar, arrenegado pelo despeito, fustigando o mato, arrasando “muxitos”, lançando pelos ares arbúsculos e troncos leves. (pp. 441-442)

Ao contrário, a derrocada da árvore, após tanta resistência, é narrada com o regozijo de quem acompanha com luxuriante prazer o lento sofrimento de um adversário prestes a morrer:

Por fim, o gigante oscilou. De um salto, o lume dominou-o por inteiro, esmagou-o, acelerou o triunfo, erguendo algazarra vitoriosa... E o imbondeiro caiu com enorme estrondo, no meio de fálhas e centelhas, e rolos de fumo negro! E as labaredas tomaram-no para si, bailando em delirantes redopios, em saltos jubilosos, em lances de volúpia... E o vento clamou mais alto sua alegria cruel. E a floresta fremiu, como se assistisse à morte de um deus. (...) Estava punido o temerário que ousara resistir às divindades da selva. Fôra cumprida a sentença! (p. 453-454)

<sup>22</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações*. p.47.

Se, no primeiro excerto, o narrador exalta a imponência da árvore e reverencia sua capacidade de suportar majestosamente a fúria de raios e tormentas, no segundo trecho apresenta esta grandeza do imbondeiro vencida, como uma espécie de arrogância que sucumbe perante as divindades da selva. Não lhe resta senão ver seu destino cumprido, que é o de ir ao chão.

No presente, é praticamente impossível ler o episódio narrado por Ferreira da Costa sem lembrar que o imbondeiro foi, desde os primórdios do sentimento independentista, uma metáfora para a angolanidade, um símbolo de grandeza e resistência em torno do qual se buscou produzir o reconhecimento mútuo necessário à constituição da comunidade imaginada<sup>23</sup> necessária à nova nação. Em *Na pista do marfim e da morte*, o imbondeiro também é apresentado com uma alta carga simbólica, entretanto a sua destruição parece sinalizar a necessária destituição da integridade e resistência da gente da terra, que não pode manter-se altiva e digna perante as intempéries da colonização portuguesa, muito menos desafiá-la. Subliminarmente, o texto diz que os indivíduos negros não terão outra alternativa além de ocupar uma posição subalterna, ir ao chão, subjugados por uma força maior.

Essa mensagem fica mais evidente quando o texto acrescenta que, dentro da árvore caída, em chamas, encontram-se os dois fugitivos do poder do soba, significativamente salvos pela mão católica do padre. O imbondeiro, uma fortaleza na floresta, tornara-se o refúgio dos que desafiavam a sua lei. Os portugueses que assistem à cena encontram os jovens vivos, abraçados entre si e enroscados em cachos de acácias vermelhas cor de sangue. O que estou propondo aqui é a compreensão deste imbondeiro como uma das mais altas concentrações da ambiguidade colonial.

Sugiro pensar a reverência que o narrador usa para se referir à árvore como uma expressão daquele fascínio que Bhabha identifica nos textos coloniais. Há uma clara exposição do reconhecimento da magnificência, grandiosidade, superioridade, resistência e poder contidos naquela árvore majestosa. Por outro lado, é esse símbolo de força que vem abaixo. O que causa o dano, dentro da perspectiva de Ferreira da Costa, é a selvageria que, para ele, está implícita no embate entre o

<sup>23</sup> Segundo o conceito de Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

jovem casal e o soba. Em síntese, o que fica patente no relato é o argumento da destruição da África pelos próprios africanos, premissa indispensável para legitimar a ação colonial como civilizatória e salvadora.

O capítulo “Sangue na planura” retoma os elementos das outras duas narrativas (“Vida, paixão e fim de André da Silva” e “Seis horas de angústia”), no que podemos verificar a fixidez, a repetição, o recalque que caracteriza o discurso colonial. Nessa parte do livro, Ferreira da Costa narra uma de suas primeiras caçadas africanas, situação na qual quase perdeu a vida por se embrenhar na floresta e acabar travando uma luta corporal com um búfalo selvagem (no livro, o animal é tratado pelo substantivo “pacassa”, que é a palavra de origem quibundo usada em Angola). O autor, que sofreu gravíssimos ferimentos, rememora o momento em que acordou no leito do hospital em que convalescia e recebeu a notícia de que ganhara uma distinção militar por bravura.

Ainda incrédulo, regozija-se com o fato e passa a rememorar a caçada desastrosa pela qual lhe foi dado o louvor. Suas lembranças reforçam, para o leitor, algumas figuras estereotipadas encontradas nas outras narrativas: o cemitério indígena e a incompreensão do campo simbólico que engloba o enterro dos mortos, o soba mentiroso e sua feitiçaria, e a indignação pelo roubo da mulher alheia. Assim como Ferreira da Costa condena a atitude de André da Silva por desmerecer os ritos funerários dos nativos e narra o julgamento dos dois jovens que desrespeitaram o soba virulento e cruel, ele parte dos mesmos pressupostos para narrar episódios em que só os nomes dos personagens parecem variar.

O trecho seguinte condensa estes aspectos:

Daqui em diante, a versão do soba era mentira pura. No entanto, continuei a simular ouvi-lo, com atenção cada vez maior... Isto lisonjeava-o e daria resultados, se eu carecesse de carregadores e auxiliares para a batida (...).

No judicioso critério do soba, o pacassão trazia no corpo a alma ruim do Tambulo – rapazola desordeiro que sempre sempre detestara o Chimpata, por este lhe ter roubado a namorada. Não pudera vingar-se em vida, mas vinha, agora, sob aquela forma, devorar a mandioca reservada ao “espírito” do filho do rival e obrigá-lo a passar fome...

Por bizarra coincidência, entre a folhagem prateada pelo luar, um pássaro noturno principiou seu canto agourento – espécie de queixume dolorido que, em certas ocasiões, chega a ser lamento gemebundo e prolongado. O soba estremeceu e levantou-se.

– Ouves? É o “passarinho dos mortos”... Vai suceder alguma desgraça! (p.243-245)

Do discurso colonial de Ferreira da Costa emergem estereótipos e circunstâncias que voltam à narrativa, repetindo-se periodicamente. É relevante que, ao mesmo tempo em que o autor desdenha do presságio do soba, ele o leva em consideração como um alerta de fatalidade, um aviso, uma predestinação. Primeiro, porque a atenção dispensada ao episódio lhe rendeu um capítulo de seu livro. Notável, portanto, que tenha se dedicado a este investimento. Depois, porque relata ter lembrado do vaticínio do passarinho no momento em que foi atingido pelo búfalo e chegou à beira da morte:

Quis gritar. Não articulei o mais ligeiro som. Nos meus ouvidos, passaram zumbidos atroadores, trombeteios clamorosos. Árvores, capim, terra e céu – tudo girou ante meus olhos, em vertiginoso turbilhão violeta e negro... E só tive esta ideia, só me ocorreu esta lembrança estúpida: “O passarinho dos mortos cantou...” Mais nada. (p.293)

Estas considerações sobre a ambivalência do discurso colonial flagrada na narrativa podem se projetar em questões editoriais relativas à obra. Os leitores privilegiados de Ferreira da Costa que o premiaram certamente partilham dessa relação ambígua de atração e repulsa que, reiteramos, para Bhabha está no cerne da dominação colonial, já que os concursos literários da AGC e suas obras premiadas eram instrumentos de mobilização social que cobravam empenho da sociedade portuguesa na ênfase da legitimidade e urgência da exploração dos territórios coloniais e da dominação de populações africanas das colônias. Mas o público leitor em geral também partilha desse imaginário colonial. Além do grande número de exemplares vendidos, essa convergência entre autor e leitor pode ser verificada nas dedicatórias a familiares, amigos e cônjuges presenteados com exemplares dessas obras. Nas folhas de rosto de alguns volumes que adquiri, estão mensagens afetuosas trocadas por essas pessoas, possivelmente cidadãos portugueses que também viveram períodos nas colônias africanas ou tinham parentes que lá estavam ou estiveram.

Levanto a hipótese, baseada nas datas das dedicatórias e em seus registros, de que esses compradores e leitores não só se identificavam com as narrativas de Ferreira da Costa como valorizavam seu papel, por um lado, exemplar e pedagógico, e por outro, catártico, como expressão de uma experiência comum. Como a ação colonial era absolutamente corriqueira para essas pessoas, que viviam e vive-

ram imersas nessas circunstâncias, nada mais natural que datas significativas fossem marcadas com presentes alusivos à vivência colonial.

Para quem não viveu a época, como eu, estudante de mestrado brasileira, fica o estranhamento – mas não a surpresa – de encontrar narrativas coloniais tão violentamente hierarquizantes quanto essas acompanhadas de mensagens tão doces e ternas dedicadas a mães, namoradas, esposas ou filhos em atenção a datas de casamento ou aniversário. Tanto mais porque, em *Na pista...*, as primeiras palavras que se lêem depois da folha de rosto são:

Antes que transponhas êstes umbrais abertos aos teus passos,  
detém-te, quem quer que sejas,  
e atende à legenda nêles inscrita.  
Vê que nada contém de tétrico ou profundo,  
É um aviso melancólico e leal ao viandante  
que chega.  
Se buscas fantasia, romantismo ou primor de estilo,  
erraste o caminho. Volta a trás e vai com Deus. (p.7)

É justamente a experiência comum desses leitores e sua integração na sociedade colonial que transformam a obra não num panfleto colonial – como poderíamos entender uma obra selecionada pela AGC – mas num momento de partilha, de afeto.

Seguindo esse raciocínio, é possível compreender as críticas literárias positivas na imprensa na época em que foi lançado o livro. O jornal *O Século*, por exemplo, periódico para o qual Ferreira da Costa trabalhara anos antes, publicou uma extensa apresentação da obra, ocupando uma coluna inteira. O curioso é que o texto noticioso insiste que não há motivos para que se faça uma longa apologia do trabalho de Ferreira da Costa apenas pelo fato de ele ter sido um de seus colaboradores. Ainda assim, desfia um rol de elogios ao escritor, afirmando que a literatura só tem a ganhar com a adesão de um repórter tão apaixonado por seu ofício, chegando a chamá-lo de “a revelação mais extraordinária de todos os tempos”<sup>24</sup>, um texto que, dias depois, foi aproveitado pela publicidade editorial veiculada no próprio periódico.

Nesse sentido, o jornal colabora com as intenções declaradas pelo escritor em seu prefácio, reforçando para o público a ideia de que as memórias narradas

<sup>24</sup> NA PISTA, 1944, p.2.

devem ser compreendidas como fatos que realmente aconteceram e que se apresentam cobertas por um manto de verdade. Destaco, de início, uma frase em especial, que me parece significativa, no sentido em que cria o mito de que a África é o espaço das grandes misérias, onde se dão as lutas com as feras do mato. Foram essas que Ferreira da Costa enfrentou e que deram origem a seus relatos. Mas o final do trecho se impõe, como um exemplo cabal da ambivalência que foi reiteradamente apresentada aqui como constitutiva da visão e da ação colonial:

Mas ele trazia consigo o fogo sagrado, o sangue dos homens dos jornais, que não se adquire em bancos de escola, e antes surge espontâneo, impetuoso em face do acontecimento. Tem havido em Ferreira da Costa, perdido na chana angolense ou nas redações das gazetas, aquela soma de ardente espírito aventureiro, sempre alerta, sempre vivo, labaredeando alto, quando o perigo se aproxima ou quando a tragédia o atrai, palpitante, irresistível.

“Na pista do marfim e da morte” é um livro definitivo não apenas na literatura portuguesa contemporânea, mas inclusive além fronteiras; livro que nos absorve, que nos arrasta às *grandes misérias, às ignoradas grandezas na luta com as feras do mato*, sugeridas por uma pena nervosa, opulenta nos descritivos, penetrante nessa coisa mesquinha que é a alma humana e nessa coisa formidável e misteriosa que é *a alma da selva, simultaneamente hostil e acolhedora, mãe e madrasta*.<sup>25</sup>

O trecho do capítulo que narra o incêndio do imbondeiro, por exemplo, é destacado por *O Século* como uma das melhores passagens da obra:

Quem não invejará a Ferreira da Costa a sombria página, tão comovente de ternura, da morte do sagui abatido a tiro e devorado, depois, pela quissonde? A passagem do Caldeirão do Inferno, na subida do Zaire; o fim do belga Ronkhon, absorvido, sugado pelo lodo enganoso do pântano coberto dum verde esmeralda, florido para melhor inspirar confiança, e assassinar, matar a sangue-frio o caçador desprevenido; a luta selvagem, alucinante, com a pacaça, animal contra animal, fera contra fera, incluídos na narrativa “Sangue na planura”; como o incêndio da floresta, e, sobretudo – ah! sim – sobretudo as labaredas envolvendo, minando, insinuando-se, lambendo, derrotando o titânico imbondeiro secular, têm direito a ficar vitoriosas como das mais soberbas, mais emotivas páginas da literatura portuguesa de hoje!<sup>26</sup>

A tríade autor estadonovista/leitor/mercado editorial se completa, como tenho sustentado, com uma análise do *layout* gráfico das capas de *Na pista do marfim e da morte* ao longo do tempo. É possível aferir que as mudanças ocorridas de uma edição para a outra também colaboravam para o respaldo que a sociedade portuguesa organicamente oferecia ao prolongamento da situação colonial. Entre essas alterações, estão a redução progressiva do número de páginas, a produção de outra ilustração de capa e a progressiva troca de cores.

<sup>25</sup> *Ibid.* Grifos meus.

<sup>26</sup> NA PISTA, 1944, p.2.

Esses *layouts* ganhavam impressões com novos tons a cada edição, ainda que nelas não se possam notar mudanças textuais como reescrituras, cortes ou supressões de capítulos. Era o mesmo texto, porém em volumes cada vez mais leves e portáteis, com espessura reduzida pela diminuição das entrelinhas e pela utilização de páginas entre capítulos que antes ficavam em branco. Se a segunda edição tem 483 páginas, a nona edição tem 449 e a 12<sup>a</sup>, apenas 421. Respectivamente, elas foram produzidas com capas de predominância vermelha, verde, rosa e novamente vermelha (esta última, porém, com outra apresentação visual). A 11<sup>a</sup> edição tem capa em tom de laranja.

Suponho que a troca de cores tornava mais fácil para o comprador de uma livraria a visualização da nova edição lançada, comunicando a boa vendagem da obra nos próprios pontos de venda. Ainda hoje, nos sebos de Lisboa, é fácil identificar se uma edição de *Na pista do marfim e da morte* (ou de *Pedra do feitiço*) é ou não da mesma leva que a outra.

No entanto, mudanças viriam em breve. Possivelmente a partir da 9<sup>a</sup> edição – pelo que posso afirmar a partir do material que coletei – houve uma mudança importante: o redesenho completo da capa de *Na pista do marfim e da morte*, que, ao longo do tempo, também passou a ser impressa com cores diferentes. Se, até 1945 (ano dessa impressão e do fim da Segunda Guerra Mundial), o volume trazia uma imagem que evocava prioritariamente uma cena de aventura na África, referida a partir de um elefante e um caçador afeito aos perigos das caçadas de elefante nos trópicos, ela passou a mostrar, a partir da nona edição<sup>27</sup>, um branco à frente de um grupo formado por uma mulher e dois homens, todos negros, carregando objetos acima da cabeça. É bem possível que tenha ocorrido uma outra noite de autógrafos, pois esse exemplar da nona edição que adquiri contém com uma longa dedicatória do autor datada de 14 de fevereiro de 1946<sup>28</sup>.

A nova imagem, como não poderia deixar de ser, traz a iconografia hierarquizante e mitificadora, apresentando o colono branco à frente, como se guiasse o caminho da colonização. Ela reforça, para o leitor, a ideia da necessidade de do-

<sup>27</sup> De acordo com o que foi possível verificar através da pesquisa.

<sup>28</sup> A dedicatória escrita por Ferreira da Costa diz textualmente: “Em testemunho de muita admiração e de viva simpatia, aqui ficam os afetuosos cumprimentos de Ferreira da Costa dedicados à (palavra ilegível) senhora D. Alzira Mendes de Alencar. 14-2-46”.

minação das populações locais. Mas também é interessante notar que se passa a dar atenção e destaque à força de trabalho negra, que, a partir do comando branco, levaria a empresa colonial adiante. Anteriormente, a ênfase estava na paisagem da selva, especialmente no animal caçado e em seu poder letal.

Outra alteração de capa está na supressão do subtítulo – “Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa” – mantendo-se apenas o título *Na pista do marfim e da morte*. Isso pode ter colaborado para a perda do estatuto de testemunho e de verdade, de transparência jornalística que o autor prezava, e a que me referi há pouco. As orelhas da edição, em contrapartida, ganharam reproduções de trechos de 11 críticas, todas favoráveis, publicadas em diferentes veículos de comunicação do Portugal continental e de suas colônias. A publicidade editorial passava a ser feita, também, no próprio corpo da obra.

O que se percebe é que, atenuado o valor documental e testemunhal com a perda do subtítulo, a nova edição passa a investir no valor literário dos relatos. Isso pode ser notado pelo que se lê nas capas internas da sétima edição. O coronel Luna de Oliveira, também um escritor colonialista, escreveu no jornal *Notícias de Lourenço Marques* (antigo nome de Maputo, hoje capital de Moçambique):

Nada fica a dever êste livro às obras de Rudyard Kipling ou ao “Tufão” de Joseph Conrad, escritor com o qual Ferreira da Costa tem maiores pontos de contacto. Digamos, com a alegria de uma boa nova: um cronista da Humanidade heróica dos sertões acaba de surgir em Portugal!<sup>29</sup>

Já um crítico citado como M. de M. fez a seguinte apreciação, conforme consta na capa interna do mesmo exemplar:

Este é dos livros cuja leitura nos obriga, justamente, a exclamar: “É formidável!”  
Sim, formidável pelo estilo, formidável, pela narrativa!

Como foi considerado inicialmente, a Segunda Guerra Mundial apresentou demandas urgentes ao Estado Novo português, que se refletiram na literatura colonial produzida nesse período histórico, tanto mais na escolha dos júris que elegeram as obras contempladas com o prêmio da AGC. O que desejo reafirmar é que a leitura de *Na pista do marfim e da morte* não pode prescindir do entendimento de

<sup>29</sup> Rudyard Kipling (1865-1936), vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 1907, e Joseph Conrad (1857-1924) são dois dos mais eminentes escritores coloniais ingleses. Entre as obras de Kipling, estão *Kim* e *Gunga Din*. Conrad escreveu *Lord Jim* e *No coração das trevas*, livro, como já dito, analisado por Edward Said em *Cultura e imperialismo*.

um sistema de informações complexo, que integrava não só o autor da obra como sua personalidade pública, bem como sua atuação e reputação na imprensa e as estratégias de funcionamento do mercado editorial.